

# SURF ADAPTADO E PARASURF: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SURF ADAPTADO E PARASURF: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

## *ADAPTIVE SURF AND PARASURF: AN INTEGRATIVE REVIEW*

Miguel Longo Vieira Vidal do Rosario  
Elionai Ribeiro Almeida Dias  
Bruna Nogueira Pereira

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*

### **Resumo**

O Surf Adaptado surge para corroborar a diversidade das práticas de atividades físicas na natureza ao possibilitar a sua realização por pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja física, auditiva, intelectual ou outra, de modo a ampliar a gama de possibilidades inclusivas e ser uma das vertentes para a Educação Física Adaptada. Neste contexto, objetiva-se realizar uma breve revisão integrativa sobre o surf adaptado e o parasurf para pessoas com deficiência e o seu processo de desenvolvimento em âmbito nacional e internacional. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa narrativa, com abordagem qualitativa. A partir da análise dos dados, foi possível observar que há escassez literária a respeito da temática. Entretanto, nos últimos anos houve maior incidência da divulgação da modalidade, que mesmo pouca no meio acadêmico, vem em ascensão sobre ambas as práticas paradesportivas.

**Palavras-chave:** Atividade Motora Adaptada. Esporte Adaptado. Pessoa com Deficiência. Parasurf.

### **Abstract**

Adaptive Surf arises to corroborate to the diversity of physical activity practices in nature by enabling it to be carried out by people with any type of disability, such as physical, hearing, intellectual or other, in order to expand the range of inclusive possibilities and be one of the aspects of Adapted Physical Education. In this context, the aim of this study is to carry out a brief integrative review on adaptive surfing and parasurfing for people with disability and their development process at national and international levels. Therefore, the study is characterized as a narrative research, with a qualitative approach. From the analysis of the data, it was possible to observe that there is a literary scarcity regarding the theme, however, in recent years there has been a greater incidence of the modality's dissemination, which, even little in the academic environment, has been rising over both parasports practices.

**Keywords:** Adapted Motor Activity. Paraspport. Person with Disability. Parasurfing.

## **1 Introdução**

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2018) aproximadamente 15% da população mundial possui algum tipo de deficiência, chegando em torno de 1 bilhão de pessoas. Este número cresceu significativamente se comparado com

os dados da ONU de 2013, sendo que as pessoas com algum tipo de deficiência representavam 10% da população mundial (cerca de 650 milhões de pessoas), dos quais 80% eram residentes de países em desenvolvimento. O Brasil que é um destes países possui, atualmente, 46 milhões de brasileiros (aproximadamente 24%) que se declararam pessoa com deficiência (PCD), no último censo do IBGE de 2010, segundo artigo publicado no site Agência de Notícias IBGE (2019). Diante desta perspectiva, é possível perceber o aumento na quantidade de pessoas com deficiência praticantes de esportes que buscam estimular suas potencialidades em benefício do seu bem-estar físico e/ou psicológico.

Esses benefícios procedem do desenvolvimento do esporte para as pessoas com deficiências, derivados das adaptações a modalidade escolhida, por meios alternativos, a fim de compor as regras paradesportivas, a prosseguir com a essência do esporte convencional, promovendo oportunidades para participação e vivências de modo a ressignificar as práticas. Há diversos fatores que podem ser atribuídos ao aumento dos adeptos dos esportes adaptados, como a influência da mídia (CARDOSO *et al.*, 2018) e aumento no número de projetos de inclusão para PCD por meio do esporte, dos quais um desses é o Surf Adaptado.

Para este estudo, caracterizado como uma pesquisa narrativa, com abordagem qualitativa, foi realizada uma breve revisão integrativa sobre os temas abordados a fim de promover uma investigação inicial sobre o Surf adaptado e o Parasurf, suas interferências e desenvolvimento no Brasil e no mundo.

## 1.1 Desmitificando a deficiência e a inclusão dos PCD

O conceito de deficiência foi debatido, por muitos anos, somente por concepções médicas, apesar disso após diversos estudos, adotou-se uma nova perspectiva que perdura atualmente, a perspectiva social. Ambas as concepções habitualmente são vistas uma contrapondo a outra, separadas, porém, vê-las desta forma limita o conceito de deficiência (OMS, 2011). A deficiência em uma visão médica seria a ausência ou deformidade temporária ou permanente de algum membro ou função do corpo de um indivíduo (AMIRALIAN *et al.*, 2000), todavia, outras interpretações a respeito do que é a deficiência podem ser abordadas. França (2013) nos indica o caminho do “Modelo Social da Deficiência”, que contrapõe o modelo médico. Para o pesquisador, o modelo social da deficiência não limitaria a deficiência apenas à lesão, indo além, com caráter político e emancipatório da pessoa com deficiência de estigmas impostos a ela, o que abrange a discussão para além do conceito biológico.

Ao apresentar a definição social da deficiência como um modo de vida manifestado, sobretudo, por opressão e exclusão impostas às pessoas com deficiência,

fato é que a deficiência ainda é “um conceito em evolução” e que está ligada à relação entre pessoas com deficiência e as barreiras que impedem sua participação plena na sociedade (ONU, 2014). A PCD, ao longo da história, se formou com as percepções a qual a sociedade lidou com ela, mas estas se diferem com o tempo e espaço. Pacheco e Alves (2007) narram o percurso da população com deficiência a partir da exclusão, do assistencialismo, da integração e nos dias atuais: a inclusão.

Além disso, de acordo com a Lei Federal Nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida por sua sigla LBI ou por Estatuto da Pessoa com Deficiência, o conceito da terminologia “pessoa com deficiência” deve abranger diferentes aspectos. Segundo a Lei, este conceito de compreender e considerar aquele indivíduo cujo impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e para definição a partir de uma avaliação biopsicossocial. Esta legislação específica acerca da população com deficiência regula inclusive os direitos à cultura, lazer, turismo e ao esporte em seu capítulo IX, para efetiva participação.

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: [...] Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo: I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A LBI sancionada após ser baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque em 2007, explicita a relevância da efetiva participação do público a fim de possibilitar a inclusão social. Outros eventos internacionais interferiram diretamente nas concepções atuais e, também, na legitimação dos direitos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris e adotada pela ONU (1948) que é um documento utilizado para nortear as tomadas de decisões internacionais até a atualidade. Assim como o documento intitulado Declaração de Salamanca, realizado durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha, que trata dos procedimentos educacionais (BRASIL, 1997), o Decreto que Nº 6.949/2009 que assegura os direitos da população e os deveres governamentais e o Decreto Nº 3. 956/2001, realizado a partir da Convenção

Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a PCD, realizado na Guatemala em 1999.

## 1.2 O Esporte Adaptado e o Surf

O esporte adaptado teve sua ascensão após a Segunda Guerra Mundial. Muitos ex-combatentes sofreram alguma lesão que os impossibilitava de exercer plenamente atividades físicas, o que resultou em uma necessidade de adaptá-las como forma de reabilitação ou de inclusão social (NOCE; SIMIM; MELLO, 2008; COSTA; SOUSA, 2004). Segundo Wellichan e Santos (2019), as pessoas com deficiência descobrem por meio dos exercícios físicos, sejam eles adaptados ou não, diversas maneiras que vão ao encontro com a possibilidade de desenvolvimento, manutenção ou reabilitação da saúde. Os autores chamam a atenção para uma contribuição na saúde como um todo, composta por aspectos físicos, psicológicos e sociais. Com isso, melhorias em diversos fatores, sejam físicos ou sociais, conduzindo a um avanço na qualidade de vida dessas pessoas, estariam associados à prática esportiva.

Marinho (2008) aponta que os esportes na natureza são práticas frequentemente exercidas em momentos de lazer, com características inovadoras que se diferenciam dos esportes tradicionais. Os esportes na natureza são caracterizados por aproximar a relação homem-natureza (MUNSTER, 2004). Em sua monografia sobre esportes na natureza e deficiência visual, Munster (2004) salienta que a prática de esportes na natureza pode ser acessível para pessoas com diferentes características. O Surf é um esporte praticado majoritariamente na natureza, mesmo que nos dias atuais existam piscinas artificiais para a prática. Warshaw (2003) comenta que o surf teve a sua origem por volta do século XI, a partir de uma criação polinésia, com o seu desenvolvimento nas ilhas havaianas, no entanto, há poucos relatos sobre o histórico e o início desta prática esportiva para PCD.

O Surf Adaptado é uma adaptação do Surf convencional, com intuito de proporcionar a PCD, experiência similar à prática convencional do esporte. A modalidade teve seu início no Brasil em 1987, com Alcino Neto, conhecido como *Pirata*, um jovem de 14 anos que teve sua perna amputada após um acidente de moto (SOUZA; CHAVES, 2015). Em âmbito nacional, existem diversos programas promotores do Surf Adaptado, dentre os quais o *Adaptsurf* se destaca por ser o pioneiro no país (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019).

Em âmbito internacional, nos dias atuais, a ISA (*International Surf Association*) promove anualmente o ISA World Para *surfing* Championship na Califórnia (ISA, 2020), que anteriormente era nomeado de ISA World Adaptive Surfing Championship (ISA, 2020). A terminologia, no entanto, foi alterada, sendo nomeada de “*Parasurf*”, a partir de 2020 (ISA, 2020). Para todo entendimento, neste artigo os autores veem o Surf Adaptado e o Parasurf como duas formas diferentes de expressão do esporte.

## **2 Objetivo**

Este estudo tem como objetivo realizar uma breve revisão integrativa sobre o Surf Adaptado, o Parasurf e o seu processo de desenvolvimento em âmbito nacional e internacional.

## **3 Método**

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, com caráter de revisão integrativa da literatura. É observado através da literatura que a revisão integrativa é:

[...] a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2009, p. 103).

Foram utilizadas as bases de dados: SportDiscus, Pubmed/Medline, Web of Science, PubMedCentral (PMC), Scopus, Scielo e Scholar Google para selecionar artigos, trabalhos completos, trabalhos monográficos, dissertações e teses.

A busca nas bases de dados foi realizada em 20 de junho de 2020, através da combinação dos descritores e operadores booleanos a seguir: (“adaptive surf” OR “parasurf” OR “surf” OR “surf adaptado”) AND (“disabled people” OR “disabled Person” OR “people With Disability” OR “persons with disabilities” OR “ pessoa com deficiência” OR “pessoas com deficiência”).

Os Critérios para a seleção foram: estudos em português ou inglês cujo tema seja o surf adaptado ou o parasurf; trabalhos cujos descritores da pesquisa estejam contidos no título ou resumo; após este apanhado, leu-se o título e o resumo para identificar se os trabalhos condizem com a proposta do estudo. Se após esta leitura, a utilização dos estudos encontrados se demonstrasse inconclusiva, seguia-se para a leitura de todo o texto.

Foram encontrados, no total, 214 estudos. Destes, 6 na SportDiscus utilizando a ferramenta de refinamento, ao buscar apenas resultados em revistas acadêmicas, 3 na Pubmed/Medline, 10 na Web of Science, 32 na PubMedCentral (PMC), 8 na Scopus, 0 na Scielo e 155 na Scholar Google. Após a leitura dos títulos dos artigos encontrados, foram excluídos 207. Destes, 188 após identificar, através da leitura dos títulos, que os trabalhos encontrados não possuíam relação direta com a temática, seis devido à repetição encontrada posteriormente ao entrelaçamento dos títulos contidos em cada plataforma, oito após leitura dos resumos e cinco depois de efetuar leitura completa dos artigos restantes. Por fim, foram selecionados sete estudos para análise.

#### 4 Resultados e Discussão

Devido ao escasso debruçamento de pesquisas na temática abordada, foram selecionados apenas sete trabalhos, publicados durante os anos de 2014 e 2020, os mesmos são relacionados à temática do Surf Adaptado, dentre os quais, encontram-se cinco artigos, uma dissertação de mestrado e um trabalho de conclusão de curso. Entre eles, cinco são estrangeiros, e apenas dois são nacionais. Vale ressaltar que em três dos cinco trabalhos estrangeiros, os autores Clapham, Lamont e Armitano participam.

O Quadro 1 retrata os estudos presentes nesta revisão integrativa detalhadamente, com a apresentação dos dados teóricos e descritivos dos mesmos, o título, nome dos autores, ano da publicação, base de dados onde foi encontrado, objetivos, método, característica da amostra e resultados.

Quadro 1 - Relação de estudos selecionados (continua)

Nº	Título	Autores/Ano	Base de Dados	Objetivos	Método	Características da amostra	Resultados
1	Praias Acessíveis e Surf Adaptado no Brasil: inovação social baseado no Design Universal	S I Q U E I - RA; PERES;- BOSQUETTI (2019)	Scholar Google	Estimular iniciativas voltadas à acessibilidade das praias e a inclusão social das PCD por meio da aplicação dos princípios do desenho universal nos projetos urbanísticos e da prática de esportes adaptado	Estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas. Pesquisa insider, uma vez que a pesquisadora também pertence ao grupo investigado.	Dois estudos de caso contendo quatro projetos voltados a prática do Surf Adaptado e outras práticas inclusivas na praia nas cidades do Rio de Janeiro e Santos..	Os quatro projetos apresentados se enquadraram com o casos de inovação social. O Surf Adaptado foi considerado uma grande ferramenta de inclusão social dentre outros aspectos apresentados pelos autores.

2	A Case Report Illustrating the Implementation of a Therapeutic Surfing Intervention for an Adolescent with Autism	CLAPHAM; SHIM; LAMONT; ARMITANO(2018)	Sport-Discus	Avaliar a eficácia de um programa de surf que acontece por 8 semanas durante o verão na vida de um indivíduo no período de 6 anos.	Estudo de caso, realizado 8 semanas por 6 anos. Foi verificado a força, amplitude de movimento e resistência cardiorespiratória. Entrevista com duas perguntas abertas a mãe do aluno.	Uma criança de 12 anos de idade. diagnosticado com transtorno do espectro autista (TEA) que nunca havia surfado.	No geral, nos 6 anos houve um aumento da Frequência Cardíaca. Melhora no IMC e na amplitude do movimento, força e resistência respiratória.
3	The Ocean as a Unique Therapeutic Environment: Developing a Surfing Program	CLAPHAM; ARMITANO; LAMONT; AUDETTE (2014)	Sport-Discus	Desenvolver um projeto de Surf Adaptado	Aulas de surf 2x na semana por um período de 8 semanas.	17 crianças entre 5 e 17 anos.	Melhora na autoconfiança, desenvolvimento social, e adaptação ao meio líquido dos alunos. Ganho de novas habilidades pelos voluntários para suas futuras profissões.

4	Physical Activity & People with Disabilities — A Qualitative Process and Outcome Pilot Evaluation of the Non-Profit Organization Access-Surf Hawai'i	SCHMID ; SHORT; NIGG (2019)	Medline/ Pubmed	Fornecer uma avaliação do programa de surf adaptado do Access-Surf, examinando os resultados organizacionais e os resultados no nível dos participantes.	Análise programática qualitativa.	6 participantes com diferentes tipos de deficiência. Idade entre 30-64 anos, participantes do projeto entre 12 meses a 10 anos, que tinham uma condição de saúde neurológica e estavam regularmente envolvidos com o projeto.	Dividido em Resultado imediato; Longo prazo, que é dividido em Resultados físicos, mentais e sociais; Efeitos que são divididos em Mudança empoderamento e mudança de vida.
5	Effectiveness of surf therapy for children with disabilities	CLAPHAM.; LAMONT; SHIM; LA-TEEF; ARMITANO(2020)	Medline/ Pubmed	Explorar os efeitos de 8 semanas de prática do Surf Adaptado em 71 crianças.	Medição da aptidão física pré e pós intervenção em dois grupos. Grupo Surf(N=71) Grupo Piscina(N=20)	91 participantes com diversos tipos de deficiência.	Diferença no pré e pós testes, com melhora na: resistência muscular, flexibilidade e no funcionamento aeróbico
6	Perfil do praticante do subsetor desportivo do surf adaptado : estudo de caso da SURFaddict	MATOS (2015)	Scholar Google	Analisar o perfil do praticante de Surf Adaptado em Portugal. Perceber o que se pode melhorar na modalidade esportiva.	Questionário quali-quantitativo composto por 14 questões, divididas em: caracterização da relação do praticante com o Surf e a caracterização do material	85 indivíduos, 58 homens e 27 mulheres. Idade entre 8-60 anos Praticantes de Surf Adaptado em Portugal.	Perfil do praticante definido como majoritariamente: Idade entre 22-35 anos. Sexo masculino, Pratica 1-3x por semana. Participa com amigos ou familiares e se locomove de carro, dentre outros aspectos.



7	Ondas de possibilidades: A ressignificação corporal de portadores de lesão medular traumática no surf adaptado.	SANTOS (2014)	Scholar Google	Analisar como o surf adaptado configura a ressignificação corporal de portadores de lesão medular traumática	Pesquisa qualitativa	Produções bibliográficas na área das ciências sociais sobre a prática de atividades físicas pelos PCD.	A autora acredita que o corpo é ressignificado a partir da prática do Surf Adaptado, já que se testam recursos físicos e a crença em si mesmo durante a prática do esporte.
---	---	---------------	----------------	--	----------------------	--	---

Fonte: elaboração própria

Legenda: IMC - Índice de Massa Corporal; PCD - Pessoa com Deficiência; TEA - Transtorno do Espectro Autista

Em relação à abordagem metodológica dos trabalhos selecionados, quatro possuíram uma abordagem qualitativa (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019; CLAPHAM *et al.*, 2014; SCHMID; SHORT; NIGG, 2019; SANTOS, 2014), um referiu-se a uma abordagem quantitativa (CLAPHAM *et al.*, 2020) e dois a uma abordagem qualitativa-quantitativa (MATOS, 2015; CLAPHAM *et al.*, 2018).

Dentre a literatura selecionada, não foi encontrada a terminologia “Parasurf” e somente um trabalho mencionou a possibilidade da modalidade como alto rendimento, ao comentar sobre o “Campeonato Mundial de Surf Adaptado” (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019).

O perfil dos praticantes é amplo e heterogêneo, englobando diversas deficiências. Dois trabalhos investigaram o Surf Adaptado como método de intervenção a um tipo de deficiência específica (SANTOS, 2014; CLAPHAM *et al.*, 2018) e o estudo de Matos (2015) buscou delinear o perfil geral dos praticantes da modalidade.

Três artigos buscaram compreender quais benefícios físicos/fisiológicos o Surf Adaptado traria para as PCD (CLAPHAM. *et al.*, 2014; CLAPHAM *et al.*, 2018; CLAPHAM. *et al.*, 2020). Apenas um artigo buscou conhecer além do aspecto físico, considerando também o aspecto mental e social (SCHMID; SHORT; NIGG, 2019).

As produções científicas (somente encontradas entre 2014 e 2020 nesta revisão) sobre a temática, apesar de estarem em uma crescente, ainda são escassas, o que revela o distanciamento entre a modalidade e a academia, apesar de sua notória ascensão no mundo.

O Surf Adaptado não é uma modalidade recente, há relatos do seu início na década de 80 do século XX (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019). Apesar de não terem sido encontrados estudos específicos sobre o histórico do esporte, em algumas literaturas parte desse histórico é contado, como, por exemplo, a história do Surf Adaptado no Brasil e em Portugal (MATOS, 2015; SIQUEIRA;PERES;BOSQUETTI, 2019).

O Surf Adaptado pode contribuir para os aspectos biopsicossociais dos seus praticantes tornando-se uma prática bastante benéfica (SCHMID; SHORT; NIGG, 2019). Além disso, pode promover a independência do público com deficiência (SCHMID; SHORT; NIGG, 2019) buscada de forma tão árdua historicamente (PACHECO; ALVES, 2007), corroborando com Cardoso (2011) que apresenta melhorias nos aspectos físicos, motores, psicológicos e sociais como os benefícios da realização de práticas esportivas por PCD. Entretanto, diante de tantos benefícios, questiona-se: quais seriam os possíveis riscos que este esporte poderia ocasionar para o surfista com deficiência, em razão de se tratar de um esporte de aventura?

Entre os benefícios que esta atividade pode proporcionar ao praticante estão: 1) aumento da resistência muscular e melhora na flexibilidade (CLAPHAM *et al.*, 2020; SCHMID; SHORT; NIGG, 2019); 2) no funcionamento aeróbico (CLAPHAM *et al.*, 2020); 3) no controle da bexiga (SCHMID; SHORT; NIGG, 2019); 4) melhora no IMC, na amplitude do movimento, melhora na resistência respiratória (CLAPHAM *et al.*, 2018); 5) aumento de força (CLAPHAM *et al.*, 2018; SCHMID; SHORT; NIGG, 2019); 6) e na adaptação ao meio líquido (CLAPHAM *et al.*, 2014); 7) evolução na autoconfiança e no desenvolvimento social (CLAPHAM *et al.*, 2014); 8) redução da ansiedade e do estresse, sensação de independência, e geração de um sentimento de liberdade (SCHMID; SHORT; NIGG, 2019).

Além dos benefícios ao praticante, esta atividade pode proporcionar benefícios aos voluntários dos projetos supracitados nos estudos selecionados, como, por exemplo, o ganho de novas habilidades para suas futuras profissões (CLAPHAM *et al.*, 2014).

Todavia, deve-se atentar para as limitações de alguns estudos, visto que apresentam uma reduzida quantidade de participantes, como o estudo de caso de Clapham *et al.* (2018) com apenas um participante, assim como os estudos de Clapham *et al.* (2014) e Schmid, Short e Nigg (2019) que também apresentam amostras pequenas.

Apesar de os estudos demonstrarem que o Surf Adaptado proporciona benefícios a vida do praticante e valorizam a abrangência que esta atividade física abarca, ao citar a ampla variedade de deficiências possíveis de praticá-la, das quais encontram-se as deficiências físicas e intelectuais, apenas um estudo abordou a questão da acessibilidade nas praias para prática do Surf Adaptado (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019), apesar de outros dois citarem esta problemática (MATOS, 2015; SANTOS 2014).

Siqueira, Peres e Bosquetti (2019) e Santos (2014) alertam que não se pode ignorar os aparatos limitadores a prática da modalidade, como cadeira anfíbia, pranchas adaptadas e esteiras para locomoção dos PCD na areia, bem como a necessidade e importância dos voluntários no auxílio da locomoção e realização das atividades. Matos (2015) demonstra que para os praticantes da modalidade em Portugal, os estacionamentos são satisfatórios, em contrapartida, muitos consideram os materiais da prática esportiva de difícil utilização.

O Brasil é signatário de normas relacionadas à inclusão e acessibilidade das PCD, porém, ainda assim há um distanciamento do que as leis determinam da aplicação prática nas orlas brasileiras (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019), o que corrobora com os achados de Vasconcellos (2019), que, em seu artigo, analisou sete praias da cidade Salvador e verificou que elas não são acessíveis a pessoas com deficiência. Porém, o estudo de Matos (2015) demonstra que, em Portugal, o número de praias acessíveis estava em ascensão entre os anos de 2005 e 2014. Sendo assim, há uma possível dicotomia entre os países no que tange a acessibilidade nas praias. Sibirino e Figueiredo (2015), similarmente, apontam diversos projetos de praias acessíveis no Brasil e ao redor do mundo. Porém, muitos destes ocorrem apenas em dias preestabelecidos, todo este contexto condiciona-nos a compreensão que há diversos exemplos de praias acessíveis no Brasil, e no Mundo. Apesar disso, esta não seria a realidade em todas as orlas.

Os estudos englobam um conjunto heterogêneo de participantes, com variadas idades, sexos e níveis de deficiências, como as lesões medulares, transtorno do espectro autista, deficiências intelectuais, déficit de aprendizagem, microcefalia entre outras. Contudo, somente o estudo de Matos (2015), em Portugal, teve como foco a discussão sobre as características dos praticantes da modalidade. A maioria dos praticantes refere-se a homens, com média de idade entre 22 e 35 anos, e a maior parte pratica o esporte entre uma a três vezes por semana; utilizam o carro como meio de transporte. A motivação para a prática do esporte se dá, em sua maioria, pela curiosidade ou a indicação de amigos. A maior parte dos surfistas adaptados portugueses tem a companhia da família para praticar o esporte, assim como conheceram o esporte através de amigos e apreciam a modalidade (MATOS, 2015).

Os demais estudos não deixam de mencionar os diversos perfis de PCD que praticam/tem possibilidades de praticar a modalidade, porém, esse aspecto do Surf Adaptado não é o cerne da pesquisa (CLAPHAM *et al.*, 2014; MATOS, 2015; SANTOS, 2015; CLAPHAM *et al.*, 2018; SCHIMID, SHORT e NIGG, 2019; CLAPHAM *et al.*, 2020).

Recentemente, o outrora chamado Campeonato Mundial de Surf Adaptado sofreu uma modificação em seu nome, passa a se chamar Campeonato Mundial de Parasurf, como se pode constatar ao comparar o trabalho de Siqueira, Peres e Bosquetti

(2019) em conjunto a International Surfing Association (ISA, 2020). Esta modificação pode ter selado a separação entre a prática da modalidade por lazer, o Surf Adaptado, e por alto rendimento, o Parasurf. Em síntese para os autores deste trabalho, o Surf Adaptado seria a manifestação corporal de qualquer PCD por meio do Surf, enquanto o Parasurf seria a utilização dessa manifestação com fins competitivos.

No tocante a prática do Parasurf, o Brasil é uma potência, e isto ocorre possivelmente em decorrência dos diversos projetos voltados a prática do Surf Adaptado citados por Siqueira, Peres e Bosquetti (2019), dentre os quais: Adaptsurf (Rio de Janeiro - RJ), Praia para todos (Rio de Janeiro - RJ), Programa Surf Inclusivo (Santos - SP) e outros(SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019).

Vale ressaltar que o estudo de Siqueira, Peres e Bosquetti (2019) trata-se de um “estudo *insider*”, pois uma das autoras é usuária de cadeira de rodas e vivenciou seu estudo na prática, ao ir a campo, testar a acessibilidade das praias e o surf adaptado (SIQUEIRA; PERES; BOSQUETTI, 2019). Denota-se a importância da PCD na participação efetiva de estudos relacionados a sua vivência, e na transformação da sua realidade, visto que a iniciativa da criação de três projetos avaliados no estudo de Siqueira, Peres e Bosquetti (2019), bem como o próprio estudo, originou-se de pessoas com deficiência. Todavia, entre os outros achados, não foi notada a participação de pessoas com deficiência na elaboração do estudo.

## 5 Considerações finais

O Surf Adaptado é um esporte inclusivo, de grande valor para a PCD, que pode lhe conceder benefícios físicos, psicomotores, mentais e sociais, porém, a sua disponibilização depende atualmente de projetos sem fins lucrativos, como método de incentivo, bem como adaptações de materiais, acessibilidade nas orlas e auxílio de voluntários.

Quanto ao surgimento da nova terminologia “Parasurf”, apesar desta não constar em nenhuma das pesquisas encontradas, demarca uma diferenciação da prática com cunho recreativo ou por lazer ao discernir da prática competitiva em busca por alto rendimento, bem como a utilização de uma classificação funcional, em busca de equidade de condições. Assim, delimita as formas de participação.

Os estudos que compõem a amostra da pesquisa apresentam, direta ou indiretamente, projetos sem fins lucrativos de Surf Adaptado para inclusão, o que demonstra uma necessidade de incentivo para que sua prática seja possível. Em consonância às legislações que compreendem o esporte como fator significativo para a qualidade de vida das PDC, ao incitar meios para acessibilidade ao local e aos materiais, de modo a viabilizar políticas públicas que fomentam o progressivo êxito do paradesporto para pessoas com quaisquer tipos de deficiência.

Verificou-se uma escassa produção sobre o Surf Adaptado, encontrados apenas sete trabalhos especificamente sobre a temática, o que remete uma certa atenção, visto que a disseminação, compreensão e evolução da modalidade se potencializa, dentre outras coisas, a partir da pesquisa, da produção de conhecimento na área. Por isso, o presente estudo visa além de elucidar produções já realizadas sobre a temática, incentivar futuras publicações. Evidencia-se, contudo, que o Surf Adaptado é bem estruturado, assim como possui muitos praticantes, mas carece de mais interesse da academia a fim de que suas contribuições e concepções excedam o campo do conhecimento empírico.

## Referências

- AMIRALIAN, M. L. T. M *et al.* Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, p.97-103, fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2000.v34n1/97-103/pt>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- ARAÚJO, P. F. de. *Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades*. 1997. Tese (Doutorado) - FEF, Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- BARTALOTTI, C. C. *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade*. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.
- BRASIL. *Decreto Nº 3.956/2001*. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 18 jun. 2020
- BRASIL. *Decreto Nº 6.949/2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 19 jun. 2020
- BRASIL. DIAS, J.; FERREIRA, L. C.; GUGEL, M.A.; COSTA FILHO, W. M. (Organização) *Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) – SDH-PR, 3º Ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20-%20Novos%20Coment%C3%A1rios.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020
- BRASIL. *Lei Federal Nº 13.146/2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015
- BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Vitória: Projeto Pcd Legal, 2014.
- CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte* (Impr.), Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 529-539, Junho 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892011000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892011000200017&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2020.

CARDOSO, V. D. *et al.* A contribuição da mídia na construção dos ídolos paralímpicos brasileiros, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <http://brajets.com/index.php/brajets/article/view/471/245>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P.S. *Introdução a educação física adaptada para pessoas com deficiência*. Curitiba: Editora Ufpr, 124 p. 2009. (Didática, 71).

CLAPHAM, E. D. C *et al.* A case report illustrating the implementation of a therapeutic surfing intervention for an adolescent with Autism. *Palaestra*, v.32, n.2, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC66369885/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

CLAPHAM, E. D. C *et al.* Effectiveness of surf therapy for children with disabilities. *Disability and Health Journal*, v.13, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1936657419301189>. Acesso em: 20 jun 2020.

CLAPHAM, E. D. C *et al.* The ocean as a unique therapeutic environment: Developing a surfing program. *The Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, v. 85, n. 4, maio 2014

COSTA, A. M.; SOUSA, S.B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236>. Acesso em: 02 out. 2020.

FRANÇA, T. H. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.17 n.31, p.59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://ken.pucsp.br/ls/article/view/25723>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEHNHARD, G. R., MANTA, S. W., PALMA, L. E. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. *Rev. da Educação Física/UEM*, p. 45-46, 2012.

LOSCHI, M. *Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes*. Agência de Notícias IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARINHO, A. Lazer, Aventura e Risco: Reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

MATOS, D. S. F. S. *Perfil do praticante do subsetor desportivo do Surf adaptado: estudo de caso da SURFaddict*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/10369>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MUNSTER, M. A. V. *Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica*. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274940>. Acesso em: 29 jun. 2020.

NOCE, F; SIMIM, M. A. M.; MELLO, M. T. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 15, n. 3, p. 174-178, jun. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-86922009000300002>. [ML3]

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Relatório mundial sobre a deficiência*. Tradução de Lexicus Serviços Linguísticos. World Health Organization, The World Bank. São Paulo: SEDPcD, 2011.

- ONU. A inclusão social e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil: uma agenda de desenvolvimento. 2013. Disponível em: [https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN\\_Position\\_Paper-People\\_with\\_Disabilities.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/UN_Position_Paper-People_with_Disabilities.pdf) Acesso em: 16 jun. 2020
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php). Acesso em: 22 jun. 2020.
- PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência: da marginalização à inclusão social. *Revista Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 242-248, ago. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>. Acesso em: 15 out. 2020.
- SANTOS, T. C. *Ondas de possibilidade: a resignificação corporal de portadores de lesão medular traumática no Surf Adaptado*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128343>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- SCHMID, S.M; SHORT, C.R. NIGG, C.R. Physical Activity & People with Disabilities — A Qualitative Process and Outcome Pilot Evaluation of the Non-Profit Organization AccesSurf Hawai'i. *Hawai'i Journal of Medicine & Public Health, Hawai'i*, v.79, n.2, 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC66369885/>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- SIBIRINO, R. S.; FIGUEIREDO, L. F. *Uma análise das condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis/SC. Projetica: Revista Científica de Design*, Londrina, v. 2, n. 6, p. 122-133, out. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/viewFile/23317/19148>. Acesso em: 21 out. 2020.
- SIQUEIRA, D; PERES, L. F. B; BOSQUETTI, M.A. Praias Acessíveis e surf adaptado no Brasil: inovação social baseado no design universal. *Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación*, Buenos Aires, v. 83, p.145-161, 2019. Disponível em: [https://fido.palermo.edu/servicios\\_dyc/publicacionesdc/vista/detalle\\_articulo.php?id\\_libro=735&id\\_articulo=15433](https://fido.palermo.edu/servicios_dyc/publicacionesdc/vista/detalle_articulo.php?id_libro=735&id_articulo=15433). Acesso em: 26 jun. 2020.
- SOUZA, J. V. ; CHAVES, R. S. O Surfe Adaptado para pessoas com deficiência visual: uma “onda” de sensações. *Revista Adapta*, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, p. 13-18, jan. 2015. Anual. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/adapta/article/view/4564>. Acesso em: 02 out. 2020.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? how to do it? *Einstein* (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.
- SURFING, ISA PARA. *Site da International Surfing Association*. Disponível em: <https://www.isasurf.org/development-programs/adaptive-surfing/isa-para-surfing-classification/>. Acesso em: 26 jun 2020.
- SURFING, ISA PARA. *Site da International Surfing Association*. Disponível em: <https://www.isasurf.org/events/isa-world-para-surfing-championship/>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs Disability. *Disability and Development Report*. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <https://social.un.org/publications/UN-Flagship-Report-Disability-Final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- VASCONCELLOS, M. S. Salvador cidade deficiente: o acesso às praias para pessoas com deficiência física. *Cadernos do Ceas: Revista crítica de humanidades*, n. 246, p. 196-226, 28 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861x.2019.n246.p196-226>.
- WARSHAW, M. *The encyclopedia of surfing*. Orlando: Hartcourt, Inc, 2003.

WELLICHAN, D. S. P.; SANTOS, M. G. F. Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o *crossfit* adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado. *Temas em Educação e Saúde*, v. 15, n. 1, p. 146-158, 8 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.26673/tes.v15i1.12700>.

WINNICK, J. *Educação física e esportes adaptados*. Barueri: Manole, 2004.

## Notas sobre os autores:

Miguel Longo Vieira Vidal do Rosario

Graduando em Licenciatura em Educação Física, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
miguellongo@live.com - Orcid: 0000-0001-9153-8479

Elionai Ribeiro Almeida Dias

Mestrando em Educação, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Licenciado em Educação Física.  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
elionai.edfisica@gmail.com - Orcid: 0000-0002-5154-2411

Bruna Nogueira Pereira

Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Especialista em Educação Especial e Inclusiva; Especialista em Psicomotricidade; Licenciada em Educação Física; Licenciada em Pedagogia  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
brunanogueirap@gmail.com - Orcid: 0000-0002-9573-9769

Recebido em: 29/06/2020

Reformulado em: 22/01/2020

Aceito em: 30/10/2020